

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – PMMA, DE 10 DE JULHO DE 2026



PM-MA

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

SOLDADO DO QUADRO DE PRAÇAS - MÚSICOS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ História do Brasil
- ▶ História do Maranhão
- ▶ Geografia do Brasil
- ▶ Geografia do Maranhão
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação Pertinente à PM-MA
- ▶ Legislação Institucional
- ▶ Raciocínio Lógico



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PM-MA

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

SOLDADO DO QUADRO DE PRAÇAS

EDITAL Nº 1 – PMMA, DE 10 DE JULHO DE
2026

CÓD: OP-120JL-26
7908403598663

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	9
3. Domínio da ortografia oficial	10
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual	11
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	11
6. Emprego de tempos e modos verbais	12
7. Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	15
8. Emprego das classes de palavras	19
9. Emprego dos sinais de pontuação	26
10. Concordância verbal e nominal	27
11. Regência verbal e nominal	29
12. Emprego do sinal indicativo de crase	30
13. Colocação dos pronomes átonos	30
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	32
15. Significação das palavras	37
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	38

História do Brasil

1. A contribuição dos índios e negros para a formação do Brasil; A formação do Brasil Contemporâneo	47
2. A República Velha e as estruturas oligárquicas; Economia e Sociedade: o café e estratificação social; A Revolução de 1930	49
3. A Era Vargas: política, economia e sociedade	55
4. O período democrático (1945 a 1964); A redemocratização do Estado e a constituição de 1946; A política de industrialização do governo JK; A crise do regime democrático	57
5. O golpe de 1964; A crise do regime militar e a redemocratização	59
6. O Brasil político: nação e território; Organização do Estado Brasileiro	62
7. As Constituições	67

História do Maranhão

1. França equinocial: expedição de Daniel de La Touche. Fundação de São Luís. Batalha de Guaxenduba. Capitães-mores do Maranhão. Invasão holandesa. Expulsão dos holandeses. Estado do Maranhão e Grão-Pará: Revolta de Bequimão (causas e objetivos da revolta); Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Período do Império: adesão do Maranhão. Independência do Brasil. Causas da não adesão: Batalha do Jenipapo. Balaiada: caracterização e causas do movimento. Período Republicano: adesão do Maranhão à República. Revolução de 1930 no Maranhão. Principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX	71
---	----

ÍNDICE

Geografia do Brasil

1. A integração ao processo de internacionalização da economia	83
2. O processo de industrialização e suas repercussões na organização do espaço	90
3. A rede brasileira de transportes e sua evolução	91
4. A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles	99
5. A dinâmica das fronteiras agrícolas e sua expansão para o Centro-Oeste e a Amazônia	102
6. A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos	109
7. Os movimentos migratórios internos; A população brasileira: distribuição dos efetivos demográficos no território nacional; evolução do crescimento ao longo do século XX; estrutura etária	114
8. Integração entre indústria, estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil	117
9. Recursos naturais: aproveitamento, desperdício e política de conservação de recursos naturais	122

Geografia do Maranhão

1. Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; áreas de proteção ambiental (APA). Parques nacionais. Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura. Geomorfologia. Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas. Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes (Parnaíba, Gurupi e Tocantins-Araguaia). Bacias dos rios genuinamente maranhenses. Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais	129
2. Geografia da população: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais	142
3. Agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária	146
4. Extrativismo: vegetal, animal e mineral	147
5. Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação	149
6. Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes. Malha viária. Portos e aeroportos	151
7. Cultura maranhense	154

Conhecimentos Específicos

Soldado do Quadro de Praças - Músicos

1. Teoria da Música: Notas; pauta; clave de sol e de fá na 4ª linha; claves de dó nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª linhas; tom e semitom; intervalos simples (formação, classificação, inversão); intervalos compostos; alterações; enarmonia; consonância e dissonância de intervalos	157
2. Valores; ponto de aumento e diminuição; ligadura; sons e silêncios (pausas)	160
3. Sistema das escalas; escala maior, formas primitivas, harmônica e melódica; escala menor (formas primitivas, harmônica e melódica); graus tonais e graus modais; armaduras de tonalidades; tons vizinhos; ciclo de quintas; série harmônica; transporte (transposição) de melodias; modos litúrgicos (jônio, dórico, frígio, lídio, mixolídio, eólio e lócrio)	163
4. Ritmo; compassos simples e compostos; tempos fortes e fracos; síncope; contratempo; inícios rítmicos tético, anacrúsico e acéfalo; acentos; quiálteras	166
5. Harmonia; acordes de três sons (maior, menor, diminuto e aumentado); cifragem dos acordes de três sons (estado fundamental e inversões); formação de acordes diatônicos de sétima na escala maior e nas escalas menores	169
6. Expressão; andamentos; abreviaturas; dinâmica	172
7. Ornamentos; apogiatura, mordente, grupeto, trinado, floreio, portamento, arpejo; cadência metódica; glissando	175

ÍNDICE

Legislação Pertinente à PM-MA

1. Decreto nº 88.777/1983 e suas alterações (regulamento das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares).....	181
2. Decreto-lei nº 1.001/1969 e suas alterações (Código Penal Militar)	187
3. Lei estadual nº 6.513/1995 e suas alterações (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Maranhão)	226
4. Lei estadual nº 10.823/2018 e suas alterações (criação e transformação de organizações policiais militares da Polícia Militar do Maranhão).....	226
5. Lei nº 14.751/2023	227

Legislação Institucional

1. Lei estadual nº 6.513/1995 e suas alterações (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Maranhão)	241
2. Lei Federal nº 14.751/2023 e suas alterações (Lei Orgânica Nacional/PM/CBM)	258
3. Lei nº 12.896/2026 (Lei de Organização Básica da PMMA)	258

Raciocínio Lógico

1. Compreensão de estruturas lógicas.....	283
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	286
3. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan	290
4. Diagramas lógicos	295

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam interpretação do texto aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

AMOSTRA

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

► Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

► Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- **Depois das sílabas iniciais “me” e “en”** (ex: mexerica; enxergar)
- **Depois de ditongos** (ex: caixa)
- **Palavras de origem indígena ou africana** (ex: abacaxi; orixá)

► Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- **Depois de ditongos** (ex: coisa)
- **Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S”** (ex: casa > casinha)
- **Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem.** (ex: portuguesa)
- **Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa”** (ex: populoso)

► Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- **“S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante** (ex: diversão)
- **“SS” costuma aparecer entre duas vogais** (ex: processo)
- **“Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento** (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

► Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex.:

*Cumprimento (saudação) X comprimento (extensão);
Tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).*

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Ex.:

*Rio (verbo “rir”) X rio (curso d’água);
Manga (blusX manga (fruta)).*



HISTÓRIA DO BRASIL

A CONTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS E NEGROS PARA A FORMAÇÃO DO BRASIL; A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antes da chegada dos portugueses, o território que atualmente corresponde ao Brasil era habitado por numerosos povos indígenas, com línguas, costumes, crenças e estruturas políticas próprias. Esses grupos não formavam uma população culturalmente homogênea. Havia sociedades de diferentes famílias linguísticas, como Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib, organizadas conforme as características ambientais e históricas de cada região.

As populações indígenas desenvolveram conhecimentos profundos sobre agricultura, caça, pesca, navegação, ciclos climáticos e utilização medicinal das plantas. Produtos como mandioca, milho, batata-doce, amendoim e diferentes frutas integravam seus sistemas alimentares. A produção da farinha de mandioca tornou-se especialmente importante para a alimentação colonial e permanece presente em diversas regiões brasileiras.

► Relações com os colonizadores

A ocupação portuguesa dependeu inicialmente da colaboração de grupos indígenas. Os colonizadores utilizaram conhecimentos locais para percorrer o território, identificar rios, localizar recursos, obter alimentos e adaptar-se ao ambiente. Alianças com determinadas comunidades também foram empregadas nas disputas entre portugueses, franceses, holandeses e outros povos indígenas.

Essas relações, contudo, foram marcadas por violência, escravização, guerras, epidemias, expulsão territorial e catequização. A imposição de formas europeias de trabalho e religião procurou modificar ou eliminar costumes tradicionais. Muitos povos resistiram por meio de confrontos, deslocamentos, negociações, alianças e preservação cultural.

► Contribuições culturais e sociais

A influência indígena pode ser identificada em diferentes dimensões da sociedade brasileira:

- Na alimentação, pelo consumo de mandioca, tapioca, feijão, milho e diferentes frutos.
- Na língua, por palavras como abacaxi, caju, pipoca, capim, tatu e jacaré.
- Na geografia, por nomes como Paraná, Iguaçu, Paraíba, Piauí e Tocantins.
- Nos conhecimentos sobre plantas medicinais, florestas, rios e animais.
- Em técnicas de pesca, cultivo, construção, navegação e manejo ambiental.

Os povos indígenas não pertencem somente ao passado. Eles continuam participando da sociedade brasileira, defendendo territórios, línguas, direitos e modos de vida. Sua presença contemporânea demonstra que a história do Brasil não pode ser compreendida apenas a partir da colonização europeia.

OS POVOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

► Escravidão e trabalho compulsório

Participação forçada na economia colonial

Milhões de africanos foram trazidos compulsoriamente ao Brasil durante mais de três séculos de tráfico transatlântico. Esses indivíduos pertenciam a diferentes sociedades, regiões, grupos linguísticos e tradições religiosas. A expressão “africanos escravizados” é mais adequada do que simplesmente “escravos”, pois evidencia que a escravidão foi uma condição imposta, e não uma característica natural dessas pessoas.

A mão de obra africana foi fundamental para a produção de açúcar, a mineração, a pecuária, a agricultura, o transporte, a construção e os serviços urbanos. Trabalhadores escravizados construíram estradas, igrejas, residências, portos e obras públicas, além de realizarem atividades domésticas e comerciais. A riqueza colonial e imperial brasileira esteve profundamente ligada à exploração desse trabalho.

► Resistência à escravidão

A população negra não permaneceu passiva diante da violência. As formas de resistência incluíram fugas, revoltas, desaceleração do trabalho, preservação religiosa, formação de redes de solidariedade e negociação por melhores condições.

Os quilombos eram comunidades formadas principalmente por pessoas que escapavam da escravidão, mas também podiam reunir indígenas, trabalhadores livres e outros grupos marginalizados. O Quilombo dos Palmares tornou-se um dos símbolos mais conhecidos dessa resistência.

A luta pela liberdade também ocorreu por meio da compra de alforrias, de ações judiciais, de irmandades religiosas e da participação no movimento abolicionista. A abolição formal de 1888 não foi acompanhada de políticas amplas de inclusão, acesso à terra, educação ou trabalho digno.

► Contribuições culturais

As populações africanas e afro-brasileiras influenciaram profundamente a cultura nacional:

- Na religião, por tradições como o candomblé e outras práticas de matriz africana.
- Na música e na dança, por ritmos, instrumentos, cantos, samba, jongo e maracatu.



AMOSTRA

- Na alimentação, por ingredientes e práticas presentes no acarajé, vatapá e angu.
- Na língua, por palavras como samba, quilombo, caçula, cafuné e quitanda.
- Nas formas de sociabilidade, organização comunitária, arte e celebração.

Essas contribuições não podem ocultar a permanência do racismo estrutural. A população negra participou decisivamente da construção econômica e cultural do país, mas continuou enfrentando desigualdades de renda, educação, representação política e acesso a direitos.

ENCONTROS CULTURAIS, CONFLITOS E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

► A formação de uma sociedade plural

Interações entre diferentes populações

A sociedade brasileira formou-se por meio das relações entre povos indígenas, africanos, europeus e, posteriormente, grupos de imigrantes vindos de diversas partes do mundo. Essas relações produziram intercâmbios culturais, mas não ocorreram em condições de igualdade.

A colonização portuguesa implantou estruturas políticas, jurídicas e religiosas europeias. Ao mesmo tempo, os colonizadores dependeram dos conhecimentos indígenas e do trabalho de africanos escravizados. A cultura brasileira resultou desse contato desigual, marcado simultaneamente por imposições, adaptações, resistências e criação de novas práticas.

A miscigenação tornou-se uma característica importante da população, mas não deve ser apresentada como prova de relações harmoniosas. Muitos encontros ocorreram em contextos de escravidão, violência sexual, dominação e perda de territórios. A diversidade brasileira conviveu com hierarquias raciais e sociais que favoreceram grupos de origem europeia.

► Contribuições para a identidade nacional

A língua portuguesa falada no Brasil incorporou palavras, pronúncias e formas de expressão de origem indígena e africana. A alimentação combinou produtos locais, técnicas europeias e conhecimentos africanos. Festas, crenças, músicas e práticas comunitárias também surgiram da interação entre diferentes tradições.

Essas influências podem ser percebidas em manifestações como:

- Festas populares que combinam elementos católicos, indígenas e africanos.
- Ritmos musicais formados pela combinação de instrumentos e tradições diversas.
- Práticas culinárias regionais vinculadas ao ambiente e à história do trabalho.
- Formas de religiosidade caracterizadas por adaptações e sincretismos.
- Conhecimentos sobre agricultura, saúde, construção e utilização dos recursos naturais.

► Desigualdade e exclusão

A concentração de terras e riquezas estabelecida durante a colonização influenciou a organização posterior do país. Povos indígenas foram expulsos de áreas tradicionais, e a população negra libertada permaneceu, em grande parte, sem acesso à propriedade, à educação e às políticas públicas.

Teorias racistas difundidas nos séculos XIX e XX procuraram justificar desigualdades e políticas de branqueamento. Ao mesmo tempo, a ideia de “democracia racial” contribuiu para ocultar conflitos ao afirmar que a miscigenação teria eliminado o racismo.

Movimentos indígenas e negros questionaram essas interpretações, reivindicando reconhecimento, igualdade, território, memória e participação política. A formação brasileira deve, portanto, ser entendida como um processo plural, mas também marcado por conflitos e disputas sobre cidadania.

A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

► Transformações políticas e econômicas

Do período colonial ao Estado nacional

A formação do Brasil contemporâneo está relacionada à continuidade e à transformação de estruturas criadas durante a colonização. A independência política, declarada em 1822, separou o Brasil de Portugal, mas preservou a monarquia, a grande propriedade rural e a escravidão.

Durante o Império, a economia permaneceu baseada na exportação de produtos agrícolas, especialmente café. A escravidão foi abolida somente em 1888, e a República foi proclamada no ano seguinte. Essas mudanças não eliminaram a concentração de poder, terras e renda.

Ao longo do século XX, o país passou por industrialização, urbanização e ampliação do trabalho assalariado. Grandes cidades cresceram com a migração de populações rurais, descendentes de africanos, indígenas, imigrantes e trabalhadores de diferentes regiões.

► Modernização e desigualdades

A industrialização ampliou o mercado interno, os serviços públicos e a infraestrutura. Entretanto, a modernização ocorreu de forma desigual. Parte da população teve acesso à educação, emprego formal e proteção social, enquanto outra permaneceu submetida à pobreza, ao trabalho precário e à exclusão territorial.

A formação contemporânea apresenta algumas continuidades históricas:

- Concentração de terras e conflitos envolvendo territórios indígenas e comunidades tradicionais.
- Desigualdades raciais relacionadas ao legado da escravidão.
- Diferenças regionais de renda, infraestrutura e acesso aos serviços públicos.
- Crescimento urbano acompanhado de problemas de moradia, transporte e saneamento.
- Disputas entre projetos autoritários e movimentos de democratização.

HISTÓRIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE. FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS. BATALHA DE GUAXENDUBA. CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO. INVASÃO HOLANDESA. EXPULSÃO DOS HOLANDESES. ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: REVOLTA DE BEQUIMÃO (CAUSAS E OBJETIVOS DA REVOLTA); COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ. PERÍODO DO IMPÉRIO: ADESÃO DO MARANHÃO. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. CAUSAS DA NÃO ADESÃO: BATALHA DO JENIPAPO. BALAIADA: CARACTERIZAÇÃO E CAUSAS DO MOVIMENTO. PERÍODO REPUBLICANO: ADESÃO DO MARANHÃO À REPÚBLICA. REVOLUÇÃO DE 1930 NO MARANHÃO. PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS OCORRIDOS NO MARANHÃO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE

A França Equinocial foi uma tentativa francesa de estabelecer uma colônia permanente na região norte da América portuguesa, especialmente na área que hoje corresponde ao Maranhão. Essa experiência ocorreu no início do século XVII e teve como principal liderança Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére. O projeto fazia parte das disputas entre potências europeias pelo controle de territórios, rotas comerciais, riquezas naturais e posições estratégicas no continente americano.

Naquele período, Portugal e Espanha estavam unidos sob a União Ibérica, iniciada em 1580. Isso enfraqueceu a defesa de algumas áreas da América portuguesa e abriu espaço para a presença de outros povos europeus, como franceses, ingleses e holandeses. A região do Maranhão era vista como estratégica por estar próxima à linha do Equador, possuir boa localização marítima, contato com populações indígenas e acesso a produtos de interesse comercial.

Daniel de La Touche já conhecia a região antes da fundação da colônia francesa. Ele havia realizado viagens de reconhecimento e estabelecido contatos com povos indígenas. Esses contatos foram fundamentais, pois a ocupação europeia dependia muito das alianças locais. Os franceses costumavam estabelecer relações de troca com indígenas, especialmente com grupos tupinambás, trocando objetos europeus por produtos da terra e apoio militar.

A expedição francesa chegou ao Maranhão em 1612. Junto a Daniel de La Touche, participaram outros representantes da nobreza e religiosos capuchinhos. A presença dos missionários tinha a função de legitimar religiosamente a ocupação e promover a catequese indígena, além de fortalecer a imagem da França como potência cristã em terras americanas.

O projeto da França Equinocial pretendia criar uma base de colonização estável. Diferentemente de simples viagens comerciais, os franceses buscavam fundar uma cidade, estabelecer fortificação, organizar administração e iniciar ocupação efetiva. O nome “Equinocial” fazia referência à proximidade da região com a linha do Equador, reforçando a ideia de uma colônia francesa em área tropical.

A escolha do Maranhão não foi casual. A ilha onde se localiza São Luís oferecia vantagens militares e comerciais. Era protegida por baías e rios, possuía acesso ao interior e permitia controle de navegação. Além disso, a presença portuguesa na região ainda era limitada, o que facilitava a tentativa francesa de ocupação.

A expedição de Daniel de La Touche resultou na construção de uma fortificação chamada Forte de Saint-Louis, em homenagem ao rei francês Luís XIII. Esse forte deu origem à cidade de São Luís. A fundação marcou o início formal da presença francesa no Maranhão, ainda que essa presença tenha durado pouco tempo.

A relação com os indígenas foi um dos fatores mais importantes da experiência francesa. Os franceses procuravam apresentar-se como aliados dos povos locais contra os portugueses. Essa estratégia tinha valor militar e político, pois os indígenas conheciam o território, dominavam formas de guerra local e eram indispensáveis para a sobrevivência dos europeus.

Entretanto, o projeto francês enfrentava dificuldades. A distância da França, a falta de reforços constantes, os desafios ambientais, as doenças, a necessidade de abastecimento e a reação portuguesa enfraqueceram a colônia. Portugal não aceitou a presença francesa em território considerado seu e organizou expedições para expulsar os invasores.

A França Equinocial teve vida curta, mas deixou marcas importantes. A mais evidente é a própria fundação de São Luís, uma das poucas capitais brasileiras cuja origem está diretamente ligada a uma iniciativa francesa. Além disso, o episódio mostra que a formação territorial do Brasil foi resultado de conflitos, alianças, resistências e disputas internacionais.

FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

A fundação de São Luís ocorreu em 1612, durante a tentativa francesa de estabelecer a chamada França Equinocial no Maranhão. A cidade nasceu a partir da ocupação comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, e recebeu esse nome em homenagem ao rei francês Luís XIII. Esse fato torna São Luís uma cidade singular na história brasileira, pois sua origem está ligada a uma iniciativa francesa em território posteriormente consolidado sob domínio português.

A escolha do local da fundação teve razões estratégicas. A ilha onde se situa São Luís oferecia proteção natural, acesso ao mar, controle de baías e proximidade com rios que permitiam comunicação com o interior. Para os franceses, estabelecer uma base naquela região significava criar um ponto de apoio para comércio, defesa militar e expansão colonial.

AMOSTRA

BATALHA DE GUAXENDUBA

A fundação não foi apenas um ato simbólico. Os franceses construíram uma fortificação, organizaram uma pequena estrutura administrativa e buscaram estabelecer relações com os povos indígenas da região. O Forte de Saint-Louis tornou-se o núcleo inicial da ocupação, funcionando como ponto militar e político.

A presença dos religiosos capuchinhos também marcou a fundação. Eles acompanharam a expedição francesa com o objetivo de catequizar os indígenas e justificar espiritualmente a colonização. Como em outras experiências coloniais, a religião e a expansão territorial caminharam juntas, ainda que os interesses econômicos e estratégicos fossem centrais.

A fundação de São Luís deve ser compreendida dentro do contexto das disputas europeias pelo território americano. A França, embora não reconhecesse plenamente os direitos de Portugal sobre toda a América portuguesa, buscava estabelecer áreas de influência. Antes da França Equinocial, os franceses já haviam tentado ocupar parte do atual Rio de Janeiro, na experiência conhecida como França Antártica. O Maranhão representava uma nova tentativa de colonização.

A relação entre franceses e indígenas foi decisiva nos primeiros anos. Os franceses dependiam do apoio indígena para alimentação, conhecimento do território, defesa e construção da colônia. Muitos grupos locais viam nos franceses aliados úteis contra inimigos tradicionais ou contra a expansão portuguesa. Assim, a fundação de São Luís não pode ser entendida apenas como ação europeia, mas como resultado de alianças e conflitos envolvendo também povos indígenas.

A reação portuguesa veio pouco tempo depois. A presença francesa ameaçava o domínio colonial português e poderia abrir caminho para perda territorial no norte da América. Por isso, os portugueses organizaram expedições militares para expulsar os franceses. A fundação de São Luís, portanto, marcou o início de uma disputa direta pelo controle do Maranhão.

Após a derrota francesa e a consolidação portuguesa, São Luís continuou existindo e passou a integrar a estrutura colonial portuguesa. A cidade manteve seu nome, mas sua administração, sua organização política e sua vida econômica foram progressivamente adaptadas aos interesses portugueses.

Com o tempo, São Luís tornou-se centro administrativo, comercial e político da região. Sua localização favoreceu o contato com o Atlântico e com o interior, especialmente por meio dos rios. A cidade desempenhou papel importante na colonização do norte, no comércio, na escravidão, na administração colonial e nas disputas políticas posteriores.

A fundação francesa também contribuiu para a identidade histórica da cidade. São Luís carrega uma memória de origem marcada por contatos culturais, conflitos coloniais e presença europeia diversa. Essa singularidade é frequentemente lembrada como elemento distintivo da história maranhense.

É importante observar que a fundação de uma cidade não significa ocupação pacífica de um território vazio. A região já era habitada por povos indígenas com suas próprias formas de vida, organização social e domínio territorial. A chegada europeia representou conflito, imposição cultural, mudanças econômicas e alterações profundas no espaço local.

A Batalha de Guaxenduba foi um confronto decisivo entre portugueses e franceses pelo controle do Maranhão. O episódio ocorreu em 1614, no contexto da reação portuguesa contra a França Equinocial. Essa batalha teve grande importância porque contribuiu diretamente para o enfraquecimento da presença francesa e para a consolidação do domínio português na região.

Após a fundação de São Luís pelos franceses, em 1612, Portugal passou a organizar uma resposta militar. A presença francesa era vista como ameaça à integridade territorial da América portuguesa. Se os franceses consolidassem sua colônia, poderiam controlar uma área estratégica do norte, ampliar suas atividades comerciais e disputar o acesso ao interior.

A expedição portuguesa foi comandada por Jerônimo de Albuquerque, figura importante na luta contra os franceses. Ele reuniu forças formadas por portugueses, colonos, indígenas aliados e outros combatentes. A guerra no Maranhão, como em muitos conflitos coloniais, não foi apenas europeia. Povos indígenas tiveram participação relevante em ambos os lados, conforme alianças, interesses e rivalidades locais.

Guaxenduba localizava-se em área estratégica para os movimentos militares. O confronto envolveu condições difíceis, pois os portugueses enfrentavam limitações de número, abastecimento e conhecimento do terreno. Ainda assim, conseguiram resistir e impor derrota importante aos franceses.

A batalha adquiriu também dimensão simbólica. Narrativas tradicionais destacam a coragem dos portugueses e de seus aliados, além de elementos religiosos associados à vitória. Como era comum na época, vitórias militares eram frequentemente interpretadas como sinais de proteção divina, fortalecendo a legitimidade da conquista.

Do ponto de vista militar, a Batalha de Guaxenduba não encerrou imediatamente a presença francesa, mas foi decisiva para mudar o equilíbrio do conflito. Os franceses, que dependiam de apoio indígena, reforços e suprimentos, ficaram enfraquecidos. A vitória portuguesa fortaleceu o cerco e preparou o caminho para a expulsão definitiva.

A batalha mostrou a importância das alianças indígenas. Os europeus não dominavam completamente o território e dependiam de aliados locais. Os indígenas conheciam caminhos, rios, formas de combate e recursos naturais. Sem esse apoio, seria muito difícil sustentar campanhas militares na região.

Também é necessário compreender o contexto maior da disputa. Durante a União Ibérica, Portugal estava sob a mesma coroa da Espanha, e os inimigos espanhóis também passaram a atacar possessões portuguesas. Franceses, holandeses e ingleses buscaram aproveitar fragilidades defensivas. O Maranhão, distante dos principais centros coloniais portugueses, tornava-se vulnerável.

A vitória portuguesa em Guaxenduba contribuiu para impedir a formação de uma colônia francesa duradoura no norte da América. Se a França Equinocial tivesse prosperado, o mapa político da região poderia ter sido muito diferente. A batalha, portanto, teve impacto na formação territorial do Brasil.

Depois de Guaxenduba, os portugueses continuaram pressionando os franceses. Em 1615, a presença francesa foi definitivamente encerrada com a rendição e saída dos franceses de São Luís. A cidade passou ao controle português, preservando o nome, mas sendo integrada à colonização lusa.

GEOGRAFIA DO BRASIL

A INTEGRAÇÃO AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO

► O que é a internacionalização da economia

Definição e características gerais

A internacionalização da economia corresponde ao processo de ampliação das relações econômicas entre diferentes países e territórios. Esse processo ocorre quando a produção, o comércio, os investimentos, os serviços, as tecnologias e os capitais passam a circular para além das fronteiras nacionais, formando uma rede mundial de interdependência.

Nesse contexto, as economias nacionais deixam de funcionar de maneira isolada. As decisões tomadas em um país podem produzir efeitos em diversas partes do mundo. Uma empresa pode, por exemplo, possuir sua sede em determinado território, obter matérias-primas em outro, fabricar componentes em vários países e vender seus produtos em diferentes mercados consumidores.

A internacionalização envolve, portanto, uma reorganização geográfica das atividades econômicas. A produção passa a ser distribuída de acordo com fatores como disponibilidade de recursos naturais, custos trabalhistas, infraestrutura, legislação, incentivos fiscais, capacidade tecnológica e proximidade dos mercados consumidores.

Esse processo também modifica o papel dos territórios. Algumas regiões tornam-se centros financeiros, industriais e tecnológicos, enquanto outras se especializam no fornecimento de matérias-primas, mão de obra ou produtos agrícolas. Dessa forma, a integração à economia internacional não ocorre de maneira homogênea, pois cada país participa de acordo com suas condições econômicas, políticas, sociais e territoriais.

► Internacionalização, mundialização e globalização

Diferenças entre os conceitos

Embora sejam frequentemente utilizados como sinônimos, os conceitos de internacionalização, mundialização e globalização apresentam diferenças importantes.

A internacionalização refere-se principalmente ao aumento das relações entre economias nacionais. Ela ocorre quando empresas, governos e instituições ampliam suas atividades para outros países, por meio do comércio exterior, dos investimentos e da circulação de capitais.

A mundialização representa a expansão das relações econômicas, sociais e culturais em escala mundial. O conceito destaca a formação de um espaço cada vez mais interligado, no qual fenômenos locais podem adquirir dimensão global.

A globalização, por sua vez, corresponde a uma fase mais intensa dessa integração. Ela se caracteriza pela aceleração dos fluxos de mercadorias, capitais, informações, tecnologias e pessoas, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Para compreender essas diferenças, é importante observar as características centrais de cada processo:

- Internacionalização: ampliação das relações econômicas entre países.
- Mundialização: expansão das relações humanas e econômicas em escala planetária.
- Globalização: intensificação e aceleração dos fluxos mundiais, apoiadas em tecnologias de transporte, comunicação e informação.

Esses processos estão relacionados e devem ser analisados de forma conjunta. A globalização não surgiu repentinamente, mas resultou de uma longa trajetória histórica de expansão das trocas comerciais e de integração entre territórios.

► Formação histórica da economia mundial

Expansão marítimo-comercial

A formação de uma economia mundial ganhou força entre os séculos XV e XVI, durante as Grandes Navegações. Nesse período, potências europeias estabeleceram rotas marítimas, conquistaram territórios e ampliaram o comércio entre diferentes continentes.

A expansão colonial integrou regiões da América, da África e da Ásia aos interesses econômicos europeus. As colônias passaram a fornecer metais preciosos, produtos agrícolas e matérias-primas, enquanto consumiam mercadorias produzidas nas metrópoles.

Essa estrutura contribuiu para a formação de uma divisão territorial do trabalho. Os territórios colonizados foram organizados para atender às necessidades externas, o que criou relações de dependência econômica que, em muitos casos, permaneceram mesmo após os processos de independência.

Industrialização e expansão dos mercados

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, aprofundou a internacionalização econômica. O desenvolvimento das máquinas e das fábricas aumentou significativamente a capacidade de produção, criando a necessidade de novos mercados consumidores e de fontes regulares de matérias-primas.

As potências industrializadas passaram a importar algodão, minérios, borracha, alimentos e outros recursos de diversas regiões. Ao mesmo tempo, exportavam produtos industrializados de maior valor agregado.



AMOSTRA

As transformações nos transportes também foram fundamentais. Ferrovias, navios a vapor, canais e portos reduziram o tempo e o custo do deslocamento de mercadorias. Posteriormente, rodovias, aviões e grandes navios cargueiros tornaram as relações econômicas ainda mais rápidas e abrangentes.

► **A Divisão Internacional do Trabalho**

Especialização produtiva dos territórios

A Divisão Internacional do Trabalho corresponde à distribuição das atividades produtivas entre os países. Cada território tende a especializar-se em determinados setores de acordo com suas condições naturais, econômicas, tecnológicas e políticas.

Na divisão tradicional, consolidada durante o período colonial e industrial, os países industrializados exportavam produtos manufaturados, enquanto as regiões periféricas forneciam matérias-primas e produtos agrícolas.

Com o avanço da globalização, essa divisão tornou-se mais complexa. Diversos países emergentes desenvolveram indústrias e passaram a produzir bens manufaturados. Entretanto, as atividades de maior conteúdo tecnológico e maior rentabilidade continuam concentradas, em grande parte, nos países mais desenvolvidos.

A especialização produtiva pode gerar crescimento econômico e ampliar as exportações, mas também pode criar dependência. Um país que concentra suas vendas externas em poucos produtos torna-se mais vulnerável às oscilações de preços e às mudanças da demanda internacional.

► **A globalização econômica contemporânea**

Revolução técnico-científica-informacional

A partir da segunda metade do século XX, a internacionalização entrou em uma nova fase, impulsionada pelo desenvolvimento da informática, das telecomunicações, dos satélites e da internet. Esse conjunto de transformações é denominado revolução técnico-científica-informacional.

As novas tecnologias permitiram que empresas coordenassem atividades distribuídas em diferentes países. Informações financeiras, ordens de produção e decisões administrativas passaram a circular praticamente em tempo real.

Ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento dos sistemas logísticos facilitou o deslocamento de grandes volumes de mercadorias. A utilização de contêineres padronizados, centros de distribuição e sistemas informatizados reduziu custos e aumentou a eficiência das cadeias produtivas.

Interdependência entre países

Na economia globalizada, os países tornam-se cada vez mais interdependentes. Uma crise financeira, um conflito armado, uma pandemia ou a interrupção de uma rota comercial pode afetar a produção e os preços em diversas regiões do planeta.

Essa interdependência demonstra que a internacionalização oferece oportunidades, como acesso a mercados, investimentos e tecnologias, mas também produz vulnerabilidades. A integração mundial pode transmitir rapidamente os efeitos de crises econômicas, instabilidades políticas e problemas logísticos.

AGENTES, MECANISMOS E REDES DA ECONOMIA INTERNACIONALIZADA

► **Os principais agentes da internacionalização econômica**

Estados nacionais e políticas econômicas

Apesar do avanço da globalização, os Estados nacionais continuam exercendo papel decisivo na organização da economia. Os governos definem leis, impostos, tarifas alfandegárias, normas trabalhistas, políticas cambiais e regras para a entrada de investimentos estrangeiros. Essas decisões podem facilitar ou restringir a integração de um país ao mercado internacional.

Para atrair empresas e capitais externos, muitos governos oferecem incentivos fiscais, constroem infraestruturas e criam áreas industriais ou zonas especiais de exportação. Essas medidas podem gerar empregos, ampliar a produção e favorecer a transferência de tecnologias. Entretanto, quando são adotadas sem planejamento, também podem reduzir a arrecadação pública, aumentar a dependência de empresas estrangeiras e estimular disputas entre territórios.

Os Estados também podem proteger setores considerados estratégicos. Isso ocorre por meio da cobrança de tarifas sobre produtos importados, da concessão de subsídios aos produtores nacionais e da imposição de regras sanitárias, técnicas ou ambientais. Essas práticas são conhecidas como medidas protecionistas e costumam ser utilizadas para defender empresas nacionais da concorrência externa.

Empresas multinacionais e transnacionais

As empresas multinacionais e transnacionais estão entre os principais agentes da internacionalização econômica. Elas atuam em diversos países, organizando redes de produção, distribuição, comercialização e pesquisa em escala mundial.

A sede administrativa geralmente permanece no país de origem, enquanto fábricas, escritórios, centros logísticos e unidades de atendimento são instalados em diferentes territórios. A escolha dessas localizações considera fatores como custo da mão de obra, disponibilidade de matérias-primas, infraestrutura, dimensão do mercado consumidor, estabilidade política, tributação e legislação ambiental.

Essas empresas podem promover investimentos, empregos e modernização tecnológica nos países onde se instalam. Ao mesmo tempo, possuem grande poder de negociação, pois conseguem transferir suas unidades para locais que ofereçam menores custos ou melhores condições econômicas. Isso pode pressionar governos a flexibilizar normas trabalhistas, fiscais e ambientais.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO: SUPERFÍCIE; LIMITES; LINHAS DE FRONTEIRA; PONTOS EXTREMOS; ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA). PARQUES NACIONAIS. CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA. GEOMORFOLOGIA. CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS. CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES (PARNAÍBA, GURUPI E TOCANTINS-ARAGUAIA). BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES. PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS

► Localização do Estado

O Maranhão, situado na região Nordeste do Brasil, encontra-se entre os paralelos 1º01' e 10º21' de latitude sul e os meridianos 41º48' e 48º50' de longitude oeste. É o segundo maior estado nordestino em área, ultrapassado apenas pela Bahia, ocupando uma área total de 329.651,463 km² (IBGE 2025).

Isso representa cerca de 4% do território nacional e 18% da região Nordeste. O estado está localizado em uma zona de transição entre a Amazônia, região quente e úmida ao norte, e o sertão árido do Nordeste. O Maranhão é também o único estado do Nordeste que faz parte da Amazônia Legal.

Considerações	Maranhão
Divisão física da América	América do Sul
Divisão cultural da América	América Latina
Equador	Hemisfério Sul = 100%
Greenwich	Hemisfério Oeste ou Ocidental = 100%
Coordenadas geográficas	LS, L _N W
Predomínio de fronteira	Terrestres
Predomínio de linhas divisórias	Fluviais
Implicações	– Horário atrasado em relação à Greenwich. – Estações do ano mal definidas. – Clima quente e úmido. – Vegetação megatérmica. – Predomínio de rios cheios no verão e no inverno com vazantes. – Não deve se usar o horário de verão (duração do dia praticamente igual a da noite).



Bandeira



Brasão

Limites e fronteiras naturais

- **Ao Norte:** Oceano Atlântico.
- **Ao Sul:** Estado do Tocantins, delimitado pelos rios Tocantins e Manuel Alves Grande.
- **A leste:** Estado do Piauí, marcado pelo Rio Parnaíba.
- **A oeste:** Estado do Pará, definido pelo Rio Gurupi.

AMOSTRA



Pontos Extremos

- **Ao Norte:** Ponta do Tacunde, localizada em Carutapera.
- **Ao Sul:** encontra-se entre Alto Parnaíba (MA) e a Chapada das Mangabeiras em Mateiros (TO).
- **A Leste:** a convexidade mais oriental do Rio Parnaíba, situada em Araisos (MA).
- **A Oeste:** a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, em São Pedro da Água Branca (MA).

Observações:

- As divisas do Maranhão são estabelecidas de forma marítima (com o Oceano Atlântico) e terrestre (com rios, serras e chapadas). Ocorre o predomínio de divisas terrestres, com destaque para os rios (fluviais).
- **O MA é quase uma ilha fluviomarina, pois apenas em trechos com o TO e o PA não têm limites com águas:** Chapada das Mangabeiras e Serra do Gurupi.
- O Maranhão tem a sua porção oeste dentro da Amazônia oriental, sendo parte integrante do Programa Grande Carajás (junto com o PA e TO).
- O MA está situado no 2º fuso do Brasil (45º LNW – HOB – Horário Oficial do Brasil – Brasília), estando 3 horas atrasada em relação ao horário do GMT (Greenwich).
- O espaço geográfico do Maranhão é integralmente habitável (ecúmeno), pois não temos geleiras, desertos, altas montanhas etc.
- Através dos pontos extremos do Maranhão podemos obter a localização do Estado em relação ao Equador (latitude) e ao meridiano de Greenwich (longitude).

Unidades de conservação

O Maranhão possui 26 unidades de conservação, divididas entre 14 de jurisdição estadual e 12 de jurisdição federal, conforme estabelecido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Estas unidades são categorizadas em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Unidades de Proteção Integral

- Reservas Biológicas (REBIO);
- Parques Estaduais (PES);
- Parques Nacionais (PARNA);
- Estações Ecológicas (ESEC);
- Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Unidades de Uso Sustentável

- Reservas Extrativistas (RESEX);
- Florestas Estaduais (FLORSU);
- Florestas Nacionais (FLONA);
- Áreas de Proteção Ambiental (APA).

Essas categorias refletem diferentes abordagens de gestão ambiental, com as Unidades de Proteção Integral focadas na preservação estrita da natureza e as Unidades de Uso Sustentável permitindo o uso consciente dos recursos naturais, promovendo a conservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável.

Unidades de Conservação Ambiental no Maranhão e Suas Características

- **Reserva Biológica do Gurupi:** localizada no noroeste do Maranhão, abriga uma porção da Floresta Amazônica. Sofre com a degradação devido ao extrativismo vegetal. É uma reserva ambiental federal.
- **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses:** situado no litoral oriental, é famoso por suas vastas dunas. O turismo intensivo é a principal fonte de degradação. Também é uma reserva ambiental federal.
- **Parque Ecológico da Lagoa da Jansen:** em São Luís, esta laguna de origem antrópica foi formada pelo represamento dos igarapés Ana Jansen e Jaracati, conectando-se ao mar por canais de drenagem. As margens são caracterizadas por faixas de manguezais. A degradação inclui eutrofização cultural, aterros em mangues e contaminação por esgotos domésticos.
- **Parque Estadual do Bacanga:** localizado em São Luís, conserva resquícios da Floresta Amazônica na Ilha do Maranhão e possui importantes mangues e matas galerias. A degradação ocorre devido à ocupação desordenada e invasões.
- **Parque Estadual do Mirador:** no centro-sul do estado, abrange áreas do cerrado e inclui a nascente do rio Itapecuru. A expansão da agricultura de soja tem causado impactos ambientais significativos.
- **Parque Estadual do Parcel de Manuel Luís:** situado a 50 milhas do litoral de Cururupu, no litoral ocidental, é o maior banco de corais da América do Sul. O turismo, especialmente para a prática de mergulho, é a principal causa de degradação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TEORIA DA MÚSICA: NOTAS; PAUTA; CLAVE DE SOL E DE FÁ NA 4ª LINHA; CLAVES DE DÓ NAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª LINHAS; TOM E SEMITOM; INTERVALOS SIMPLES (FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, INVERSÃO); INTERVALOS COMPOSTOS; ALTERAÇÕES; ENARMONIA; CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA DE INTERVALOS

FUNDAMENTOS DA ESCRITA MUSICAL: NOTAS, PAUTA E CLAVES

► Notas musicais e altura sonora

Nomeação e organização dos sons

As notas musicais representam alturas sonoras determinadas. No sistema latino, recebem os nomes dó, ré, mi, fá, sol, lá e si. Após o si, a sequência recomeça em outro registro, formando ciclos sucessivos. Duas notas com o mesmo nome, separadas por uma ou mais oitavas, pertencem à mesma classe de altura, embora apresentem frequências diferentes.

Na escrita musical, sons mais agudos são posicionados acima, enquanto sons mais graves aparecem abaixo. Uma sequência que se desloca graficamente para cima produz movimento melódico ascendente; quando se desloca para baixo, produz movimento descendente; quando permanece na mesma posição, ocorre repetição da nota.

► Pauta musical

Linhas, espaços e extensões

A pauta, também chamada pentagrama, é formada por cinco linhas horizontais paralelas e quatro espaços. Linhas e espaços são contados de baixo para cima. Cada posição representa uma nota diferente, mas seu nome depende da clave utilizada.

Quando uma nota ultrapassa os limites da pauta, empregam-se linhas suplementares superiores ou inferiores. Elas permitem registrar sons mais agudos ou graves sem alterar a organização básica do pentagrama. O excesso de linhas suplementares, entretanto, dificulta a leitura, motivo pelo qual diferentes claves são utilizadas.

► Função das claves

Clave de sol e clave de fá

A clave determina a referência para nomear as notas da pauta. A clave de sol fixa a nota sol na segunda linha. É empregada principalmente para regiões médias e agudas, aparecendo em instrumentos como violino, flauta, clarinete, trompete e mão direita do piano.

A clave de fá na quarta linha fixa a nota fá na quarta linha. É utilizada para regiões médias e graves, sendo comum em contrabaixo, violoncelo, fagote, trombone e mão esquerda do piano.

A leitura básica dessas claves pode ser organizada da seguinte forma:

Clave	Notas nas linhas	Notas nos espaços
Sol na 2ª linha	mi – sol – si – ré – fá	fá – lá – dó – mi
Fá na 4ª linha	sol – si – ré – fá – lá	lá – dó – mi – sol

No sistema pianístico, as pautas de sol e fá são ligadas por uma chave. O dó central situa-se entre elas: aparece na primeira linha suplementar inferior da clave de sol e na primeira linha suplementar superior da clave de fá.

► Claves de dó

Localização do dó central

A clave de dó identifica a linha em que se encontra o dó central. Sua mudança de posição permite representar diferentes registros com poucas linhas suplementares.

As quatro posições solicitadas correspondem às seguintes claves:

Posição da clave de dó	Nome tradicional	Notas nas linhas
1ª linha	soprano	dó – mi – sol – si – ré
2ª linha	mezzo-soprano	lá – dó – mi – sol – si
3ª linha	contralto	fá – lá – dó – mi – sol
4ª linha	tenor	ré – fá – lá – dó – mi

A clave de dó na terceira linha permanece comum na escrita para viola. A clave de dó na quarta linha aparece em registros agudos de instrumentos graves, como violoncelo, fagote e trombone. As claves de soprano e mezzo-soprano são atualmente menos frequentes, mas conservam importância histórica e teórica.

A mudança de clave não altera a altura real do som. Ela modifica apenas a maneira como a nota é posicionada e nomeada na pauta. Para ler corretamente, deve-se identificar primeiro a nota de referência indicada pela clave e, a partir dela, seguir a sequência das notas pelas linhas e pelos espaços.

AMOSTRA

TOM, SEMITOM, ALTERAÇÕES E ENARMONIA

► Semitom e tom

Distâncias fundamentais

No sistema temperado de doze sons, o semitom é a menor distância padronizada entre duas alturas consecutivas. No teclado, corresponde ao movimento de uma tecla para a tecla imediatamente vizinha, seja ela branca ou preta.

Entre as notas naturais, existem semitons entre mi e fá e entre si e dó. As demais notas naturais consecutivas estão separadas por um tom.

Um tom é formado por dois semitons. Entre dó e ré, por exemplo, existem os movimentos dó–dó sustenido e dó sustenido–ré. A distância total é de um tom.

O semitom pode ser classificado conforme a escrita das notas:

- **Semitom diatônico:** formado por notas com nomes diferentes, como mi–fá ou dó–ré bemol.
- **Semitom cromático:** formado por notas com o mesmo nome básico, como dó–dó sustenido ou lá–lá bemol.

► Alterações musicais

Modificação da altura escrita

As alterações são sinais colocados antes das notas para modificar sua altura. Elas podem aparecer na armadura de clave, definindo alterações regulares de uma tonalidade, ou ao longo do compasso, modificando notas específicas.

As alterações fundamentais são:

Sinal	Nome	Efeito
#	sustenido	eleva a nota em um semitom
b	bemol	abaixa a nota em um semitom
♮	bequadro	cancela o sustenido ou bemol vigente
##	dobrado sustenido	eleva a nota em dois semitons
bb	dobrado bemol	abaixa a nota em dois semitons

Uma alteração ocorrente normalmente permanece válida até o final do compasso para notas de mesmo nome e mesma oitava. Quando se deseja recordar ou esclarecer a altura correta, pode-se usar uma alteração de precaução, frequentemente colocada entre parênteses.

O efeito intervalar depende da nota modificada. Se a nota superior for elevada, o intervalo aumenta; se for abaixada, diminui. Na nota inferior, ocorre o contrário: elevá-la reduz o intervalo, enquanto abaixá-la o amplia.

► Enarmonia

Equivalência sonora e diferença funcional

Enarmonia é a relação entre notas escritas de maneiras diferentes, mas que correspondem à mesma tecla ou altura no temperamento igual. Dó sustenido e ré bemol, por exemplo, são enarmônicos.

Outros pares e grupos comuns incluem:

- Mi sustenido e fá.
- Fá bemol e mi.
- Sol sustenido e lá bemol.
- Si sustenido e dó.
- Dó dobrado sustenido, ré e mi dobrado bemol.

A equivalência sonora não torna as grafias intercambiáveis em qualquer situação. A escolha do nome depende da escala, da tonalidade, do movimento melódico e da função harmônica. Em uma escala de ré maior, utiliza-se fá sustenido, e não sol bemol, porque cada grau deve conservar um nome próprio e uma posição funcional.

A grafia também determina a classificação dos intervalos. Dó–fá sustenido forma quarta aumentada, enquanto dó–sol bemol forma quinta diminuta. Em instrumentos de afinação fixa e temperada, ambos podem soar com a mesma distância, mas possuem estruturas teóricas e funções diferentes.

Em sistemas de afinação não temperados ou em interpretações vocais e instrumentais flexíveis, notas enarmônicas podem apresentar pequenas diferenças de afinação conforme o contexto expressivo e harmônico.

INTERVALOS SIMPLES: FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E INVERSÃO

► Conceito e formação do intervalo

Distância entre duas notas

Intervalo é a distância entre duas notas. Quando as notas soam sucessivamente, o intervalo é melódico; quando soam simultaneamente, é harmônico. O intervalo melódico pode ser ascendente ou descendente, enquanto o harmônico é analisado da nota inferior para a superior.

A classificação completa apresenta número e qualidade. O número é obtido pela contagem dos nomes das notas, incluindo a nota inicial e a final. De dó até mi contam-se dó, ré e mi; portanto, o intervalo é uma terça.

Os intervalos simples estão contidos dentro da oitava:

- Uníssono, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava.

► Classificação qualitativa

Intervalos justos, maiores e menores

Uníssono, quarta, quinta e oitava pertencem ao grupo dos intervalos justos. Segunda, terça, sexta e sétima pertencem ao grupo dos intervalos maiores e menores.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PM-MA

DECRETO Nº 88.777/1983 E SUAS ALTERAÇÕES (REGULAMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES)

DECRETO NO 88.777, DE 30 DE SETEMBRO DE 1983

Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art . 1º - Fica aprovado o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), que com este baixa.

Art . 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nº 66.862, de 08 de julho de 1970, e nº 82.020, de 20 de julho de 1978, e as demais disposições em contrário.

Brasília, DF, 30 de setembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES (R-200)

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art . 1º - Este Regulamento estabelece princípios e normas para a aplicação do Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983.

CAPÍTULO II DA CONCEITUAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art . 2º - Para efeito do Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969 modificado pelo Decreto-lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, e deste Regulamento, são estabelecidos os seguintes conceitos:

1) À disposição - É a situação em que se encontra o policial-militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado.

2) Adestramento - Atividade destinada a exercitar o policial-militar, individualmente e em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho das tarefas para as quais já recebeu a adequada instrução.

3) Agregação - Situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

4) Aprestamento - Conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato.

5) Assessoramento - Ato ou efeito de estudar os assuntos pertinentes, propor soluções a cada um deles, elaborar diretrizes, normas e outros documentos.

6) Comando Operacional - Grau de autoridade que compreende atribuições para compor forças subordinadas, designar missões e objetivos e exercer a direção necessária para a condução das operações militares.

7) Controle - Ato ou efeito de acompanhar a execução das atividades das Polícias Militares, por forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe forem estabelecidos pela União, na legislação pertinente.

8) Controle Operacional - Grau de autoridade atribuído à Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública para acompanhar a execução das ações de manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares, por forma a não permitir desvios do planejamento e da orientação pré-estabelecidos, possibilitando o máximo de integração dos serviços policiais das Unidades Federativas.

9) Coordenação - Ato ou efeito de harmonizar as atividades e conjugar os esforços das Polícias Militares para a consecução de suas finalidades comuns estabelecidas pela legislação, bem como de conciliar as atividades das mesmas com as do Exército, com vistas ao desempenho de suas missões.

10) Dotação - Quantidade de determinado material, cuja posse pelas Polícias Militares é autorizada pelo Ministério do Exército, visando ao perfeito cumprimento de suas missões.

11) Escala Hierárquica - Fixação ordenada dos postos e graduações existentes nas Polícias Militares (PM).

12) Fiscalização - Ato ou efeito de observar, examinar e inspecionar as Polícias Militares, com vistas ao perfeito cumprimento das disposições legais estabelecidas pela União.

13) Graduação - Grau hierárquico da praça.

14) Grave Perturbação ou Subversão da Ordem - Corresponde a todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública, que por sua natureza, origem, amplitude, potencial e vulto:

a) superem a capacidade de condução das medidas preventivas e repressivas tomadas pelos Governos Estaduais;

b) sejam de natureza tal que, a critério do Governo Federal, possam vir a comprometer a integridade nacional, o livre funcionamento de poderes constituídos, a lei, a ordem e a prática das instituições;

c) impliquem na realização de operações militares.

15) Hierarquia Militar - Ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e Forças Auxiliares.

AMOSTRA

16) Inspeção - Ato da autoridade competente, com objetivo de verificar, para fins de controle e coordenação, as atividades e os meios das Polícias Militares.

17) Legislação Específica - Legislação promulgada pela União, relativa às Polícias Militares.

18) Legislação Peculiar ou Própria - Legislação da Unidade da Federação, pertinente à Polícia Militar.

19) Manutenção da Ordem Pública - É o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.

20) Material Bélico de Polícia Militar - Todo o material necessário às Polícias Militares para o desempenho de suas atribuições específicas nas ações de Defesa Interna e de Defesa Territorial.

Compreendem-se como tal:

- a) armamento;
- b) munição;
- c) material de Motomecanização;
- d) material de Comunicações;
- e) material de Guerra Química;
- f) material de Engenharia de Campanha.

21) Ordem Pública - Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

22) Operacionalidade - Capacidade de uma organização policial-militar para cumprir as missões a que se destina.

23) Orientação - Ato de estabelecer para as Polícias Militares diretrizes, normas, manuais e outros documentos, com vistas à sua destinação legal.

24) Orientação Operacional - Conjunto de diretrizes baixadas pela Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades Federativas, visando a assegurar a coordenação do planejamento da manutenção da ordem pública a cargo dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.

25) Perturbação da Ordem - Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas.

As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de Defesa Interna e são conduzidas pelos Governos Estaduais, contando ou não com o apoio do Governo Federal.

26) Planejamento - Conjunto de atividades, metodicamente desenvolvidas, para esquematizar a solução de um problema, comportando a seleção da melhor alternativa e o ordenamento contidamente avaliado e reajustado, do emprego dos meios disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos.

27) Policiamento Ostensivo - Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- ostensivo geral, urbano e rural;
- de trânsito;
- florestal e de mananciais;
- rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
- portuário;
- fluvial e lacustre;
- de radiopatrulha terrestre e aérea;
- de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvido o Estado-Maior do Exército através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

28) Posto - Grau hierárquico do oficial.

29) Praças Especiais - Denominação atribuída aos policiais-militares não enquadrados na escala hierárquica como oficiais ou praças.

30) Precedência - Primazia para efeito de continência e sinais de respeito.

31) Subordinação - Ato ou efeito de uma corporação policial-militar ficar, na totalidade ou em parte, diretamente sob o comando operacional dos Comandantes dos Exércitos ou Comandantes Militares de Área com jurisdição na área dos Estados, Territórios e Distrito Federal e com responsabilidade de Defesa Interna ou de Defesa Territorial.

32) Uniforme e Farda - Tem a mesma significação.

33) Vinculação - Ato ou efeito de uma Corporação Policial-Militar por intermédio do comandante Geral atender orientarões e ao planejamento global de manutenção da ordem pública, emanados da Chefia do órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades da Federação, com vistas a obtenção de soluções integradas.

34) Visita - Ato por meio do qual a autoridade competente estabelece contatos pessoais com os Comandos de Polícias Militares, visando a obter, por troca de idéias e informações, uniformidade de conceitos e de ações que facilitem o perfeito cumprimento, pelas Polícias Militares, da legislação e das normas baixadas pela União.

Art. 3º - O Ministério do Exército exercerá o controle e a coordenação das Polícias Militares, atendidas as prescrições dos § 3º, 4º e 6º do artigo 10 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Reforma Administrativa), por intermédio dos seguintes órgãos:

- 1) Estado-Maior do Exército, em todo o território nacional;
- 2) Exércitos e Comandos Militares de Área, como grandes escalões de enquadramento e preparação da tropa para emprego nas respectivas jurisdições;
- 3) Regiões Militares, como órgãos territoriais, e demais Grandes Comandos, de acordo com a delegação de competência que lhes for atribuída pelos respectivos Exércitos ou Comandos Militares de Área.

Parágrafo único - O controle e a coordenação das Polícias Militares abrangerão os aspectos de organização e legislação, efetivos, disciplina, ensino e instrução, adestramento, material bélico de Polícia Militar, de Saúde e Veterinária de campanha,

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

LEI ESTADUAL Nº 6.513/1995 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO MARANHÃO)

LEI Nº 6.513, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I GENERALIDADES

Art. 1º - Esta Lei regula a situação, obrigações, direitos, deveres e prerrogativas dos policiais-militares da Polícia Militar do Maranhão.

Art. 2º - Os integrantes da Polícia Militar constituem a categoria de Servidores Públicos Militares do Estado.

§ 1º - São equivalentes as expressões “servidor público militar estadual”, “servidor público militar”, “militar”, “polícia-militar” e “servidor militar do Estado” para fins deste Estatuto.

§ 2º - Os servidores públicos militares encontram-se em uma das seguintes situações:

I - na ativa:

a) os militares de carreira;

b) os incluídos na Polícia Militar, voluntariamente, durante o tempo que se comprometeram a servir;

c) os componentes da reserva remunerada, quando convocados;

d) os alunos dos cursos de formação de policiais-militares; II - na inatividade:

a) os militares na reserva remunerada sujeitos à convocação;

b) reformados, por terem sido dispensados definitivamente da prestação de serviço na ativa, continuando a perceber remuneração do Estado.

§ 3º - Militares de carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, têm estabilidade assegurada ou presumida.

Art. 3º - O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Art. 4º - A carreira policial-militar é caracterizada por atividade contínua devotada às finalidades da Polícia Militar.

§ 1º - A carreira policial-militar é privativa dos militares da ativa, inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à seqüência de graus hierárquicos.

§ 2º - É privativa de brasileiro nato a carreira de Oficial da Polícia Militar.

Art. 5º - São equivalentes as expressões “Polícia Militar do Estado do Maranhão”, “Polícia Militar do Estado”, “Polícia Militar Estadual”, “Instituição Policial-Militar”, “Instituição Militar Estadual”, “Organização Policial-Militar”, para efeito deste Estatuto.

Art. 6º - São equivalentes as expressões “na ativa”, “da ativa”, “em serviço ativo”, “em serviço na ativa”, “em atividade ou em atividade policial-militar”, conferidas aos policiais-militares no desempenho de cargo, comissão, encargos, incumbência ou missão, serviço ou atividade policial-militar ou considerada de natureza policial-militar, nas Organizações Policiais Militares, bem como em outros órgãos do Estado, quando previstos em Lei ou regulamento.

Art. 7º - A condição jurídica dos servidores públicos militares é definida pelos dispositivos constitucionais que lhes forem aplicáveis, pela legislação específica, por este Estatuto e pelas leis peculiares que lhes outorguem direitos e prerrogativas e lhes imponham deveres e obrigações.

CAPÍTULO I DO INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR

Art. 8º - O ingresso na Polícia Militar do Maranhão é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou crença religiosa, mediante matrícula ou nomeação, após aprovação em concurso público de provas e/ou de provas e títulos. (Alterado pela Lei nº 8.080, de 4 de fevereiro de 2004).

Art. 9º - Para matrícula nos estabelecimentos de ensino militar destinados à formação de Oficiais, Sargentos e Soldados PM, QOPM e QOPM Fem, é necessário que o candidato satisfaça às seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - (Revogado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

III - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

IV - possuir até a data limite da inscrição a idade máxima de 30 (trinta) anos; (Alterado pela Lei nº 10.680, de 14 de setembro de 2017).

V - ter idoneidade moral;

VI - ter sanidade física e mental;

VII - ter no mínimo 1,65 m de altura, se masculino, e 1,60 m de altura, se do sexo feminino;

VIII - ser aprovado em concurso público mediante os seguintes critérios:

a) para oficiais PM, será exigido o certificado de conclusão do 2º Grau e ser aprovado inclusive nos exames: físico, médico e psicotécnico;

AMOSTRA

b) para praças PM, o candidato deverá possuir o certificado de conclusão do 2º grau e ser aprovado inclusive nos exames: físico, médico e psicotécnico. (Alterada pela Lei nº 7.486, de 16 de dezembro de 1999).

IX - ser habilitado para a direção de veículo automotor, no mínimo, na categoria 'A' ou 'B'. (Acrescentado pela Lei nº 9.712, de 12 de novembro de 2012).

Parágrafo único - É obrigatória a realização do exame toxicológico para os candidatos aos cursos de formação da Polícia Militar do Maranhão, possuindo o mesmo caráter eliminatório. (Acrescentado pela Lei nº 9.712, de 12 de novembro de 2012).

Art. 10 - O ingresso no Quadro de Oficiais, no posto inicial da carreira, será através do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, no qual serão matriculados os candidatos aprovados em concurso público.

Art. 11 - Para ingresso no Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE) serão selecionados os Subtenentes, mediante os seguintes critérios:

I-possuir diploma de conclusão de Curso de Nível Superior ou equivalente, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC); (Alterado pela Lei nº 10.670, de 31 de agosto de 2017).

II-possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de efetivo serviço;

III-contar com, no mínimo, 02 (dois) anos na graduação;

IV-ser aprovado no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA) ou Cursos de Habilitação de Oficiais Especialistas (CHOE), respectivamente.

§ 1º - Para ser matriculado no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração ou no Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas é necessário satisfazer os seguintes requisitos básicos:

I-estar em pleno desempenho das atividades profissionais;

II-ser considerado apto em exame de saúde;

III-ser aprovado em exame de aptidão física;

IV-possuir conceito profissional;

V-possuir conceito moral;

VI-não estar denunciado em processo crime ou condenado, em sentença transitada em julgado;

VII-não estar submetido a Conselho de Disciplina.

§ 2º - Dentre os candidatos considerados habilitados, serão indicados para freqüentar o Curso de Habilitação de Oficiais de Administração ou o Curso de Habilitação de Oficiais

Especialistas, os Subtenentes mais antigos na graduação, de acordo com o número de vagas estabelecidas para cada curso.

§ 3º - Os atos que afetem a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, a que se refere o conceito profissional e o conceito moral, deverão estar devidamente comprovados através do devido processo legal.

§ 4º - Os conceitos profissional e moral serão apreciados pela Comissão de Promoção de Praças PM através do exame da documentação e demais informações recebidas, observando-se, ainda, o disposto no artigo 40 deste Estatuto.

(Alterado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

Art. 12 - O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães (QOC) será mediante concurso público de prova ou de prova e títulos, devendo o candidato ser padre, pastor ou equivalente, com formação teológica de terceiro grau.

Parágrafo único - Os candidatos aprovados no concurso a que se refere este artigo serão submetidos ao estágio não inferior a 90 (noventa) dias, e logo após, promovidos ao posto de 1º Tenente-Capelão PM (1º Tem Cpl PM).

Art. 13 - O ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) será mediante concurso público de provas e/ou provas e títulos e aprovação inclusive nos exames: médico, físico e psicotécnico.

§ 1º - Para o ingresso no Quadro a que se refere o caput deste artigo, o candidato deverá possuir, até a data limite da inscrição, a idade de 35 (trinta e cinco) anos, devendo, ainda, preencher as condições exigidas nos incisos I, III, V e VI do art. 9º desta Lei (Alterado pela Lei nº 10.131, de 30 de julho de 2014).

§ 2º - Os candidatos aprovados em concurso a que se refere este artigo serão submetidos a estágio não inferior a 90 (noventa) dias, findo o qual serão nomeados no posto de 1º Tenente PM Médico, 1º Tenente PM Dentista, 1º Tenente Veterinário e 1º Tenente PM Psicólogo, obedecida a rigorosa ordem de classificação, no estágio, dentro dos Quadros (Alterado pela Lei nº 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

Art. 14 - (Revogado pela Lei nº 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Parágrafo único - (Revogado pela Lei nº 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Art. 15 - O preenchimento das graduações de 3º Sargento, Cabos e Soldados ocorrerá da seguinte forma:

I-o ingresso na graduação de 3º Sargento dar-se-á através de aprovação no Curso de Formação de Sargentos, após aprovação em concurso público e por promoção;

II-o ingresso nas graduações dar-se-á por promoção à exceção dos Soldados aos quais se aplica a regra do concurso público; (Alterado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

II- (Revogado pela Lei 8.362, de 29 de dezembro de 2005).

III-o preenchimento das demais graduações far-se-á através de promoções nos termos da legislação específica;

IV- (Revogado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

(Alterado pela Lei 7.855, de 31 de janeiro de 2003).

Art. 16 - Os candidatos selecionados em concurso público para o cargo de formação de Soldado ingressarão na Polícia Militar como aluno, por um período correspondente a duração do curso. (Alterado pela Lei nº 9.131, de 24 de março de 2010).

CAPÍTULO II

DA HIERARQUIA, DISCIPLINA E PRECEDÊNCIA

Art. 17 - A hierarquia e a disciplina são as bases institucionais da Polícia Militar, sendo que a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, observadas a subordinação em diversos postos e graduações que constituem a carreira militar.

I-a ordenação se faz por postos e graduações, observada a antiguidade no posto ou graduação;

II-o respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência da autoridade.

§ 2º - A disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral às leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico, traduzido pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos integrantes da Organização Policial-Militar.

AMOSTRA

RACIOCÍNIO LÓGICO

COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo – Construir a tabela dos dados.** Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo – Construir a tabela gabarito.** Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		



AMOSTRA

▪ 3º passo preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito.

Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

